



Escrita-corpo na carne política: movimentos fugitivos, ficção visionária e subjetivação

Writing-the-body on the political flesh: fugitive movements, visionary fiction, and subjection

Marília Amorim

Doutoranda em História- PPGHIS/UFPR

Universidade Federal do Paraná

Email:mamorim1997@gmail.com

<https://orcid.org/0009-0000-4337-2267> 

Altair Santa Clara de Oliveira Neto

Mestrando em História - PPGHIS/UFPR

Universidade Federal do Paraná

Email: altair.neto@ufpr.br

<https://orcid.org/0009-0007-5710-6665> 

Informações completas sobre autoria estão no final do artigo 

Resumo: Este artigo mobiliza um diálogo entre a escrita fugitiva de politicização da ferida e a imaginação de lugares outros para poéticas, corpos e existências dissidentes. Estamos interessados na investigação da potencialidade da experimentação da escrita enquanto técnica de si e modo de subjetivação que não esteja aliançada a um enquadramento violento branco cisgenderonormativo. Para tal, fazemos uso do livro de Jota Mombaça, Não vão nos matar agora, publicado em 2021, que se entende como “um espaço de experimentação, fazendo da palavra e do corpo ferramentas de crítica, potência e combate”. Reunindo ensaios, poesias, cartas e contos de “ficção visionária”, o livro oferece aportes para pensar corpos dissidentes em um mundo que configura-se como trauma e negação de sua própria existência. O objetivo é entender de que maneira Mombaça procura mobilizar a escrita e suas relações com arte e performance para pensar um caráter pedagógico de si através de um trabalho ético frente à violência contra o corpo dissidente e de que maneira a sua especulação possibilita um processo de reconfiguração e disputa do domínio do possível.

Palavras-chave: Subjetivação; Escrita de si; Estética de existência; Ficção visionária.

Abstract: This article engages in a dialogue between a fugitive writing that politicizes the wound and an imagination of other possible places for dissident poetics, bodies, and existences. We are interested in exploring the potential of writing as a technique of the self and as a mode of subjectivation that is not aligned with a violent white cisgenderonormative framework. To this end, we draw on Jota Mombaça's book *Não vão nos matar agora* (They Will Not Kill Us Now), published in 2021, which presents itself as “a space of experimentation, making of the word and the body tools of critique, potency, and struggle.” Gathering essays, poems, letters, and pieces of “visionary fiction,” the book offers contributions for thinking about dissident bodies in a world configured as both trauma and denial of their very existence. The aim is to understand how Mombaça mobilizes writing and its relations with art and performance to propose a pedagogical dimension of the self through an ethical engagement with violence against dissident bodies, and how their speculative practice enables a process of reconfiguring and disputing the domain of the possible.

Keywords: Subjectivation; Writing of the self; Aesthetics of existence; Visionary fiction.

Porque eu sou silenciada, hoje eu falo alto: escrita-corpo, técnicas de si e modos de subjetivação

“Não escrevo para gerar empatia em quem nos mata”, escreve Jota Mombaça (2021, p.13). Com um projeto que emerge nas ruínas de um mundo erigido pelo modelo-colonial-racial moderno, acreditamos que ela é, contemporaneamente, figura de destaque para discussão sobre deslocamentos e reconfigurações de imaginação sobre possibilidades de futuros outros. Mombaça, bicha não binária, nascida em Natal, no Rio Grande do Norte, não pede desculpas por movimentar seu corpo e por não cantar esperança. À revelia do mundo, faz-se ouvir em alto e bom tom, convocando-nos a viver apesar de tudo. Como em um mangue, sua arte se entrelaça nas performances, nas artes visuais e na literatura enquanto pressuposto de “transição à” e de mobilização disso que entendemos, dialogando com Walidah Imarisha (2016), como ficção visionária¹.

Em Não vão nos matar agora, publicado em 2021 pela editora Cobogó, seu primeiro livro no Brasil, reuniu um conjunto de ensaios, cartas e movimentos de especulação que dão potência para uma análise de escrita e de politização da ferida aberta pela vulnerabilidade que a habitação desse mundo engendra. Sua escrita, portanto, parece-nos estar conectada a um trabalho sobre si que centra, nessa relação de carne e corpo, um outro processo de constituição de sujeito moral e de modos de subjetivação. Nossa intenção aqui, portanto, é acompanhar os deslocamentos que a leitura da escrita performática propõe, evocando Abigail Campos Leal em sua interlocução com Mombaça — uma escrita que não se “contenta em dar espaço para os afetos reativos que estão circulando por todos os lados” (Leal, 2021, p. 22), mas que antes “goza ao fazer a vida vingar” (Leal, 2021, p. 22). Percebemos que sua escrita, enquanto um estudo de fuga e de projeto corporizado, possibilita nesse cenário uma leitura de vida como obra de arte.

Iniciamos retomando algumas das noções apresentadas, transpassando nesse manguezal nós e Mombaça através de Foucault e Hartman. Esse encontro brota no desolador e no desespero, na paralisia, na brutalidade e nos efeitos da dor. Habitar aqui é ser, como Mombaça entende, “matizado pelo terror”. Em “O mundo é meu trauma”, sua carne política, cheia de buracos e flechas, diz que é preciso “não escrever um manual de ética, mas rasgar todas as recomendações” (Mombaça, 2021, p. 27). Sua relação com a escrita, no entanto, é correr dentro de um tipo de trabalho que seu corpo não é encorajado a fazer (Mombaça, 2021, p. 27). Entrevendo a brutalidade da ficção criada e engrandecida dentro de um pressuposto de nação, percebemos que Mombaça debate-se constantemente com um trabalho de escrita, nem sempre fácil, mas sempre

¹ Expressão original no inglês: *visionary ficcion* utilizada pela autora Walidah Imarisha (2016).

presente, sempre necessária, à sua mobilização e ao seu projeto de desmantelamento e redistribuição de violência, ao embate com as ordens representacionais, à fuga dos ideais normativos:

Em 21 de junho de 2020, eu tentei começar a escrever esta carta. Não fiz mais do que um parágrafo, no qual dizia: ‘Início esta escrita numa casa provisória, na cidade de Lisboa, onde estive retida ao longo dos últimos meses em função das medidas de contenção da pandemia de covid-19 no continente europeu. De dentro do condomínio fechado onde me encontro, olhar o Brasil agora implica medir cada passo dessa distância, e testemunhar de longe a dor do território enquanto ela se materializa no meu corpo (Mombaça, 2021, p. 14-15).

Nesse movimento, ao seguir o rastro da escrita de Mombaça, encontramos em Michel Foucault um ponto de dobra conceitual. O corpo como superfície de inscrição, mas também como lugar de invenção de si. Com isso muito em mente, deixamo-nos transpassar por uma leitura de Foucault em *O corpo utópico* (2013) e de como esse pequeno texto deixa penetrar a temática de uma escrita-corpo que movimenta e que revê, no desespero e nos sentimentos de dor, pulsões da ferida:

Meu corpo, topia implacável [...] No entanto, todas as manhãs, a mesma presença, a mesma ferida; desenha-se aos meus olhos a inevitável imagem imposta pelo espelho: rosto magro, ombros arcados, olhar míope, sem cabelos, realmente nada belo. E é nesta desprezível concha da minha cabeça, nesta gaiola de que não gosto, que será preciso mostrar-me e caminhar; é através desta grade que será preciso falar, olhar, ser olhado; sob esta pele, deteriorar (Foucault, 2013, p. 7-8).

O corpo, por vezes, deixa de ser apenas matéria e passa a ser território. Quando as feridas se acumulam e a imaginação se derrama, o corpo torna-se lugar. Em suas confissões viscerais, Foucault nos oferece seu corpo feito de feridas, desprezos e deteriorações — um corpo que ele próprio não considera belo. Por isso, esse corpo é também prisão: um espaço ao qual está condenado e onde se inscrevem as tensões entre o eu e os dispositivos normativos que regulam o visível. O corpo como cicatriz, portanto, já é um lugar político, pois abre brechas para interrogar os modelos de beleza, os regimes de controle e a dor estetizada pela disciplina.

Somos lançados a pensar o corpo não apenas como limite, mas como prisão onde a norma habita e comanda. Uma prisão que não se escolhe, mas se ocupa. Não há liberdade na obediência dos contornos que a sociedade deseja esculpir em nós. Nesse campo, o corpo é mais do que carne: é disputa, é resistência, é território de repressão e, também, de invenção. Foucault não nos deixa no cárcere. Ao contrário: “para que eu seja utopia, basta que eu seja um corpo” (Foucault, 2013, p. 11). A utopia, então, não é futuro distante nem geografia inalcançável. Ela se acende aqui, no agora,

nesse corpo que pulsa, que percebe, que deseja. Utopia como gesto, como prática de si.

Nas palavras de Foucault, o corpo é o “ponto zero do mundo [...] a partir do qual eu sonho, falo, avanço, imagino, percebo as coisas em seu lugar e também as nego pelo poder indefinido das utopias que imagino” (Foucault, 2013, p. 14). Há, portanto, nesse gesto de escrita e inscrição de si, um convite a viver o corpo não mais como superfície disciplinada, mas como potência imaginativa e criativa. O corpo como “grande ator utópico” (Foucault, 2013) exige de nós uma ruptura: desfazer o enredo do controle, transgredir o normativo, escapar da vigilância que se internaliza e se mascara de natural. Libertar o corpo é performar a vida como invenção.

O corpo, assim, é a ética da desobediência: nele a utopia deixa de ser promessa teleológica e se torna experiência, pois é o lugar em que os discursos de verdade são tensionados e onde a subjetividade se refaz em experimentações éticas de si. É por isso que Foucault pode afirmar: “meu corpo [...] não tem lugar, mas é dele que saem e se irradiam todos os lugares possíveis, reais ou utópicos” (Foucault, 2013, p. 14). O corpo, então, não é o fim, é a linguagem da utopia que se escreve nos gestos, nos silêncios, nas recusas e nas performances da diferença.

O corpo como obra inacabada, que forja subjetividades em cada fratura do mundo. É aqui que o corpo-utopia de Michel Foucault encontra a carne-política de Jota Mombaça. Ambos se escrevem a partir das ruínas do humano normativo: o primeiro, ao pensar o corpo como campo ético de experimentação e de fuga das formas de poder; a segunda, ao habitar o corpo como ferida aberta e possibilidade de fabulação. Em Foucault, o corpo é o lugar de onde partem todas as utopias possíveis; em Mombaça, é o território em que o trauma se inscreve e onde a escrita se torna sobrevivência.

Entre eles, o corpo deixa de ser apenas matéria disciplinada e passa a ser travessia, como espaço de imaginação e de confronto, onde o gesto é também pensamento. Mombaça radicaliza a ética foucaultiana do corpo ao escrevê-lo como carne insurgente, que se recusa à docilidade e ao enquadramento. Essa recusa ecoa o mesmo impulso de Foucault quando propõe o corpo como linguagem da desobediência. Ser corpo, em Foucault e Mombaça, é fazer da ferida um exercício de liberdade. É habitar o impossível e, ainda assim, insistir em existir. É usar o corpo como linguagem que se reinventa à beira da destruição, que se fez movimento, imagem e rasura.

Se em Foucault o corpo é o espaço de onde irrompe a possibilidade de fuga, em Hartman ele reaparece como cicatriz histórica e campo de memória. De um modo diferente, encaminhada por outros meios, colada a nós em conversas de grupos de estudos e em leituras mais profundas em uma escrivaninha às onze da noite, Saidiya Hartman adentra essa discussão ao (re)posicionar-se no trauma do mundo, no desaparecimento, na impossibilidade e no trabalho de memória e lembrança. Inspirando-nos na coragem de Hartman de acionar imaginação e rigor historiográfico,

através dela percebemos como sua escrita abre espaço para pensar memória, ausência e subjetivação por meio de trajetórias que tensionam o trauma, a lembrança e a escrita de si. Ela diz:

Ser uma estrangeira não se refere unicamente a familiaridade, pertencimento e exclusão, pois também envolve uma relação particular com o passado. Se o passado é outro país, então eu sou sua cidadã. Eu sou a relíquia de uma experiência que a maioria preferiu não lembrar, como se a pura vontade de esquecer pudesse resolver ou decidir a questão da história. Eu sou a lembrança de doze milhões que cruzaram o Atlântico e de que o passado ainda não acabou. Eu sou a prole dos cativos. Eu sou o vestígio dos mortos. E a história é como o mundo secular cuida dos mortos (Hartman, 2021, p. 27).

Em *Perder a mãe* (2021) e *Vidas rebeldes* (2022), e talvez mais particularmente, em *Vênus em dois atos* (2020), Hartman escolhe um projeto de escrita, trabalha sobre si para o fazê-lo, que envolve a corporeidade, ainda que ela seja dolorosa. Mais do que apenas imersa em estilos de linguagem, sua escrita-corpo desnuda essa carne política inscrita pela ficção de poder da modernidade.

Hartman constrói suas narrativas a partir de fragmentos, arquivos e registros, mas não se limita ao que os documentos dizem. Ao preencher as lacunas com a imaginação, sua escrita se faz corpo: cada palavra encarna a experiência de corpos que viveram à margem, sujeitos a violências físicas, morais e sociais. A dor, o desaparecimento e a invisibilidade não são apenas temas, mas pulsos que atravessam a escrita, dando forma a uma política da memória e da presença perceptível na própria corporeidade da narrativa. Como afirma a autora, sua “abordagem especulativa e imaginativa é baseada nas pesquisas de arquivos e em uma atenção rigorosa às fontes” (Hartman, 2022, p. 353), o que demonstra que imaginar, para ela, é também um gesto ético, um modo de devolver carne à ausência e voz ao silenciamento:

[...] jogando com os elementos básicos da história e rearranjando-os, re-apresentando a sequência de eventos em histórias divergentes e de pontos de vista em disputa, eu tentei comprometer o status do evento, deslocar o relato preestabelecido ou autorizado e imaginar o que poderia ter acontecido ou poderia ter sido dito ou poderia ter sido feito. [...] O resultado desse método é uma “narrativa recombinante”, que “enlaça os fios” de relatos incomensuráveis e que tece presente, passado e futuro [...] (Hartman, 2020, p. 21).

Ao escrever, Hartman encarna a resistência. Seus textos não apenas relatam violências e apagamentos, mas os sentem, os respiram, os transformam em gestos de insurgência. A corporeidade atravessa a narrativa: o corpo ferido, o corpo que sobrevive, o corpo que insiste em existir — todos se fazem sentidos, ritmos e possibilidades dentro do espaço da escrita. É uma escrita que toca, que incomoda, que exige atenção e presença. A imaginação não dilui a história, mas intensifica sua potência de revelar o

que a ausência de registros tenta ocultar, transformando lacunas em gestos, ausência em presença. Nesse sentido, o que Hartman nomeia como “fabulação crítica” e “história especulativa” funda uma outra política do arquivo, em que o corpo se torna o lugar de inscrição das memórias antes vistas como impossíveis.

É justamente a partir dessa escrita que toca o impossível, em Hartman, que retornamos a Mombaça para perceber como sua carne política responde à ferida histórica e reinscreve o trauma no presente. Hartman e Mombaça, ainda que inscritas em geografias e experiências distintas, se encontram no gesto de escrever com o corpo. Ambas recusam a neutralidade e afirmam a escrita como prática encarnada, na qual o texto é também carne que sangra, respira e se levanta.

Em Hartman, o arquivo é um corpo a ser tocado com cuidado; em Mombaça, é o corpo que se recusa a ser arquivado. Quando a primeira reconstrói histórias de vidas dilaceradas pela violência racial, a segunda performa sua própria ferida como linguagem. As duas operam uma torção ética e estética sobre a escrita: o gesto de narrar torna-se também o gesto de se constituir, de fazer da dor uma gramática de resistência. Suas práticas deslocam o campo da historiografia e da teoria, instaurando uma política da presença que emerge das margens — uma escrita que não apenas conta, mas faz viver.

Essa escrita-corpo, que é também técnica de si, se constrói como potência criativa e de resistência. Ao dar forma à dor e à lembrança, Hartman e Mombaça experimentam modos de subjetivação que desafiam as normas da sensibilidade e do saber. A ferida, antes marca do sofrimento, converte-se em superfície de criação. Escrever, nesses termos, é fabricar-se no próprio ato de enunciação, é rearticular os sentidos da existência por meio do gesto e da palavra. O corpo torna-se lugar de saber e de resistência, espaço em que o político e o poético se entrelaçam. Assim, a escrita-corpo não se restringe a narrar o mundo, mas o reinventa: faz da carne um arquivo vivo e da linguagem uma prática de liberdade.

Quando pensamos em escrita-corpo, pensamos nesse processo de trabalho de si que mobiliza e que, através de um movimento de fuga, pela imaginação, pela escrita corporificada e pela quebra² lança um projeto que “desloca efetivamente as posições inconformes à matriz cisgênera” (Mombaça, 2021, p. 22) e branca. Assim, acreditamos que os movimentos efetivados nessas posições de escrita dão algum suporte para pensar em um arranjo de uma coletividade outra que não tenha como efeito o “aniquilamento do caráter inassimilável de cada corpo e de suas feridas” (Mombaça, 2021, p. 23). São, em todos esses casos, um movimento fugitivo da escrita, ou melhor, do posicionamento de uma escrita do arquivo, pensando no conceito de Hartman, que joga os corpos desviantes em um sistema de enunciados violento e assassino.

² Ver mais em: MOTEN, Fred. *Na quebra: a estética da tradição radical preta*. Tradução de Matheus Araujo dos Santos. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

Uma escrita-corpo é um experimento. Diferente de pensar uma análise equivocada, mas até bastante recorrente, de uma generalização dos discursos pelas práticas, como se eles também não estivessem conectados à materialidade, esses projetos de escrita estão encravados no corpo enquanto pressuposto dessa dilatação da carne e das possibilidades de instauração de espaços outros, não de tempos, não de utopias, mas de heterotopias (Foucault, 2013, p. 21). Retomamos nesse sentido o texto de Mombaça em “Carta às que vivem e vibram apesar do Brasil”:

É tudo experimento na borda das coisas, lá onde estamos prestes a dissolver as ficções de poder que nos matam e aprisionam; lá, aqui, todas essas geografias onde fomos saqueadas, e nos tornamos mais-do-que-aquilo-que levaram; onde fomos machucadas, e nos tornamos mais do que um efeito da dor; onde fomos aprisionadas, e nos tornamos mais do que o cativeiro; onde fomos brutalizadas, e nos tornamos mais do que a brutalidade. Lá, aqui, onde fomos assassinadas, e no tornamos mais velhas que a morte, mais mortas que mortas, e nesse fundo - esse fora que não só não está fora como está dentro de tudo -, nesse cerne em que fomos colocadas, fecundamos a vida mais-do-que-viva, a vida emaranhada nas coisas. Ou, para ativar o presente que Cíntia Guedes me ofereceu e está registrado também aqui, como posfácio: “a vida infinita. Não vão nos matar agora! (Mombaça, 2021, p. 19).

Entendendo isso, podemos pensar em um processo de trabalho ético sobre si que tenha na vida, no corpo, uma nova formulação de estética da existência. Para não nos alongarmos, gostaríamos que essas acepções fossem ligadas aos trabalhos de Michel Foucault. Pensando nisso, é sobre a moral e as práticas de si e os processos de escrita de si que nos desenrolamos mais profundadamente a partir de agora.

Após percorrer as camadas de escrita e ferida em Mombaça, voltamos a Foucault para compreender como a noção de prática de si pode iluminar esse trabalho ético de escrita. Em História da sexualidade II: uso dos prazeres (2023) Foucault tece uma análise cuidadosa e genealogicamente atenta do passado ao pensar a moralidade do sujeito e o sujeito de desejo. O livro de Foucault é uma produção que nos auxilia no que entendemos e colocamos como modos de subjetivação, práticas de si e trabalho ético sobre si. Ele começa com a temática da ambiguidade de “moral” enquanto código e comportamento real dos indivíduos. Entrevê uma relação de “condução de si” agindo em referência aos elementos que prescrevem determinado código moral. Isso quer dizer que existem maneiras diferentes de conduzir-se e de operar enquanto sujeito moral, o que é concatenado por ele como determinação da substância ética (Foucault, 2023, p. 33). É, portanto, essa maneira pela qual o indivíduo “deve constituir tal parte dele mesmo como matéria principal de sua conduta moral” (*Ibid.*, p.33) que é entendida como modo de subjetivação.

Por outro lado, Foucault entende que uma relação de um indivíduo estabelecida com a regra de tal modo que ele se reconheça enquanto ligado à obrigação de pô-la em

prática, podem dizer respeito aos modos de sujeição (Foucault, 2023, p. 34). Essa relação pode ser estabelecida enquanto reconhecimento dentro de determinado grupo social ou por consideração de uma herança de alguma tradição espiritual a qual se tem uma responsabilidade de preservar. O intelectual também comprehende que existem diferentes formas de elaboração de um trabalho ético efetuado sobre si mesmo. Esse trabalho visa não apenas a conformidade do tornar-se a si por uma regra dada, mas para a transformação de si mesmo enquanto sujeito moral de sua própria conduta. Pensando uma teleologia do sujeito moral, tem-se a moral não como reduzida a uma ação ou singularidade, mas como inserção e local de ocupação em um conjunto de conduta (Foucault, 2023, p. 35). Não é um processo de consciência, é uma relação fora de si, de constituição:

Em suma, para ser dita “moral” uma ação não deve se reduzir a um ato ou a uma série de atos conforme a uma regra, lei ou valor. É verdade que toda ação moral comporta uma relação ao real em que se efetua, e uma relação ao código a que se refere; mas ela implica também uma certa relação de si essa relação não é simplesmente “consciência de si”, mas constituição de si enquanto “sujeito moral”, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que respeita, estabelece para si um certo modo de ser que valerá como realização moral dele mesmo; e, para tal, age sobre si mesmo, procura conhecer-se, controla-se, põe-se à prova, aperfeiçoa-se, transforma-se (Foucault, 2023, p. 36).

Toda essa relação que trazemos aqui integra o entendimento de Foucault, reposicionada para essa discussão, sobre a impossibilidade de constituição de um sujeito moral sem os modos de subjetivação, sem uma ética ou sem as práticas de si. E, se Foucault estava preocupado em pensar uma “história da ética e da ascética”, aqui nossa relação com seu pensamento se dá mais para fazer funcionar essa relação de prática de si pela escrita. Retomamos o “A escrita de si” (Foucault, 2006a) e o “Uma estética da existência” (Foucault, 2006b) para pensar o que, no pensamento foucaultiano, isso sugere. Nestes textos, ele procura fazer um movimento que lhe é de muito gosto e retoma a cultura antiga para pensar a relação dos greco-romanos com as “artes de si mesmo” e o domínio de si. Foucault entende que a busca da estética da existência, uma noção de vida enquanto obra de arte pessoal, é aquela que se direciona não para a obediência do sistema de regras e códigos, mas para uma busca de constituição ética pessoal. É nesse meio que entendemos, em igual medida, a inserção da escrita enquanto uma técnica de si, um processo de trabalho de si por si mesmo:

Nenhuma técnica, nenhuma habilidade profissional pode ser adquirida sem exercício; não se pode mais aprender a arte de Viver, a *techné* ou *biou*, sem uma *askésis* que deve ser compreendida como um treino de si por si mesmo (...) a escrita constitui uma etapa essencial no processo para o qual tende toda a *askésis*: ou seja, a

elaboração dos discursos recebidos e reconhecidos como verdadeiros em princípios racionais de ação (Foucault, 2006a, p. 146-147).

Se aqui nesse ponto retomamos Mombaça, levantamos que é o modo pelo qual seu trabalho está interessado em movimentar uma possibilidade de experimentação, no modo pelo qual a sua escrita é posta em uma disciplina de si e, no modo como esse processo de trabalho engendra um deslocamento dos modos de subjetivação e de subjetividade, transformando-o assim em um trabalho ético e artístico, que alicerça nossa concepção nesse trabalho. Em “Na quebra. Juntas” ela aponta uma noção desse processo de escrita:

Saí de casa com um vestido preto com florezinhas vermelhas estampadas, um dos poucos que eu tenho e, certamente, o que eu mais usei na vida até agora. A certa altura, na área comum do espaço cultural onde a conferência de que estava participando acontecia, encontrei una pessoa conhecida recentemente, mas já algo especial, e ela elogiou minha roupa, emendando - suave e cuidadosamente - o seguinte comentário: "É preciso ter um sentido muito forte de si mesma para simplesmente sair dessa maneira no mundo, não é?" Meio inquieta e intuitivamente eu, no entanto, respondi: "Talvez seja precisamente o contrário: é preciso ter de si um sentido muito quebrado para simplesmente sair dessa maneira no mundo." Intrigada, ela me olhou e pediu que, caso eu pudesse, falasse sobre isso mais densamente. Este texto é, de certa forma, uma tentativa de fazer isso; e, ao mesmo tempo, um modo de começar a rastrear, na quebra, as forças que se precipitam para fora e além dos ideais normativos de gênero, sujeito e coletividade (Mombaça, 2021, p. 21).

Retomamos também uma passagem em “O mundo é meu trauma” para conectar esse trabalho de si ao que se vinha falando sobre escrita-corpo, pensando a maneira como essa técnica é disciplinada no transpasse da própria carne, no atravessamento que constitui esse discurso corporificado:

Preciso não escrever sobre como atravessar um processo perante o qual me sinto perdida. Preciso não escrever sobre o que fazer quando estou paralisada. Se posso arrancar da paralisia e da confusão um outro modo de escrita, preciso escrever sem garantias de que escrever mostrará as saídas; escrever com o risco de mergulhar em espiral negativa e me afogar no ar seco da dúvida. Preciso não escrever, mas insisto e escrevo. Uma promessa e uma dívida: de mesmo em face do máximo despojamento, preservar com a própria vida esse risco (Mombaça, 2021, p. 21).

Acreditamos que aqui ainda devemos retomar o que Foucault observa a partir do trabalho de escrita na antiguidade para compreender em que medida isso pode ou não ser percebido nos movimentos de Mombaça. Retornando aos hipomnêmata, espécies de cadernetas individuais que serviam de lembrete, ele os considera mais do que um

simples suporte da memória, talvez mais como um material de exercícios que deveriam ser frequentemente executados. Nesse sentido, são essenciais para os processos de subjetivação do discurso, pois não estão interessados meramente em uma narrativa de si com viés de purificação, mas reunir o já dito, ouvido e lido em um processo de constituição de si (Foucault, 2006a, p. 148-149).

A redação desses textos é pensada de acordo com três razões: os efeitos de limitação devidos à junção da escrita com a leitura, a prática regrada do disparate que determina as escolhas e a apropriação que ela efetua. Sobre o primeiro aspecto, é possível entrever os limites da escrita em sua junção com a leitura, um trabalho de organização de seu “tesouro de leitura” em vias de não dispersar-se em pensamentos diversos. O segundo ponto percebe como a escrita é também uma relação de escolha de elementos heterogêneos, um processo que perpassa a “verdade local da sentença” e o “seu valor circunstancial de uso” (Foucault, 2006a, p. 152). No terceiro aspecto, nota-se a não exclusão de um processo de unificação dessas partes fragmentadas em um movimento de subjetivação através da escrita. Assim, Foucault entende a partir da antiguidade toda uma relação de transcrição de uma verdade própria e de uma feitura da alma a partir daquilo que se escreve:

O papel da escrita é constituir, com tudo o que a leitura constituiu, um "corpo" (*quicquid lectione collectum est, stilius redigat in corpus*). E é preciso compreender esse corpo não como um corpo de doutrina, mas sim - segundo a metáfora da digestão, tão freqüentemente evocada - como o próprio corpo daquele que, transcrevendo suas leituras, delas se apropriou e fez sua a verdade delas: a escrita transforma a coisa vista ou ouvida "em forças e em sangue" (*in vires, in sanguinem*) (...) É sua própria alma que é preciso criar no que se escreve (Foucault, 2006a, p. 152).

Além disso, essas cadernetas podem ser usadas para escrita de textos que são enviados à outros, no caso das correspondências. As cartas apresentam uma dupla função de ação, tanto naquele que a escreve, como naquele que a lê e relê, uma relação que estabelece proximidades de ação frente às razões das *hypomnêmatas*. Foucault, no entanto, pondera que esses pontos em comum não funcionam como meras extensões, já que as cartas são mais do que um adestramento de si, funcionando também como modos de mostrar-se a si mesmo e aos outros:

Escrever é, portanto, "se mostrar", se expor, fazer aparecer seu próprio rosto perto do outro (...) A carta que, como exercício, trabalha para a subjetivação do discurso verdadeiro, para sua assimilação e elaboração como "bem próprio", constitui também, e ao mesmo tempo, uma objetivação da alma (...) O trabalho que a carta opera no destinatário, mas que também é efetuado naquele que escreve pela própria carta que ele envia, implica portanto uma "introspecção"; mas é preciso comprehendê-la menos como um deciframento de si por si do que como uma abertura que se dá ao outro sobre si mesmo (Foucault, 2006a, p. 156-157).

Em suma, as cadernetas se relacionam na constituição de si mesmo como objeto de ação racional, enquanto que os relatos epistolares de si trabalham para coincidir o olhar do outro e aquele que se lança sobre si mesmo na comparação das ações cotidianas às regras de uma técnica de vida. Pensando na relação que Mombaça efetua na montagem de Não vão nos matar agora (2021), acreditamos que haja um cuidado em estabelecer um trabalho de escrita sobre si e em uma apresentação de si que recorre à essa comparação entre ações e técnicas. Vendo isso, fica claro suas inserções de cartas ao longo da escrita: “Carta às que vivem e vibram apesar do Brasil”; “Carta cifrada a Castiel Vitorino Brasileiro”; e de uma série de notas e escritos-ensaios que, ao nosso ver, dão conta de reorganizar uma espécie de disciplina, como a relação de escrever: “Notas estratégicas quanto aos usos políticos do conceito de lugar de fala”. Em “Para uma greve ontológica”, talvez um dos textos mais dispersados, ela fala francamente sobre suas técnicas e os modos de relação ligados às suas funções como processo de um trabalho ético e de um novo modo de subjetivação, ou de “quebra de subjetividades”, como coloca, uma proposta que visa uma nova acepção destinada a descrever a experiência no mundo como valor roubado:

Escrever, ler, traduzir, performar, criar, falar, pensar em voz alta contra a constante expectativa de falha e erro, contra toda a lógica social que institui a branura e a cisgeneridade, bem como sua presunção de subjetividade autoestabelecida, como a mais confiável garantia de acesso aos mundos da arte e da intelectualidade. Eu poderia fazer dessa história uma excepcional narrativa sobre a luta de uma bicha preta por acesso a esses mundos, mas não estou particularmente interessada em retratar nenhuma trajetória rumo ao mundo da arte como heroica. Em vez disso, este texto almeja constituir uma descrição do mundo da arte como sendo uma ficção naturalizada feita para quebrar subjetividades pretas e indígenas na forma de valor roubado (Mombaça, 2021, p. 50).

A relação que Mombaça estabelece, portanto, em seu trabalho de escrita, deixa entrever as maneiras como escolhe, organiza, mobiliza e subjetiva determinados discursos, entrelaçando-os na escrita-corpo. É interessante que se perceba a constituição desse projeto enquanto desmantelamento dessas formas de extorsão ontológica da cisgeneridade e da branquitude. A relação de dissidência é, ao nosso ver, a chave de leitura e o local pelo qual Mombaça se aproxima e estabelece seu trabalho ético sobre si mesma. Sua preocupação está igualmente em não se deter nas limitantes dos processos de inclusão, mas em romper radicalmente com o saber produzido pela modernidade. Mais uma vez, esse trabalho de escrita é transpassado pela corporificação da ansiedade, da exaustão e da imparabilidade, da percepção de apropriação do trabalho trans, racializado, dos desobedientes sexuais e de gênero:

Mas como poderia a intuição (como ansiedade) romper com tal captura, desmantelando o escopo da patologização, quando

experimentada desde a situação interseccional das vidas desobedientes sexuais e de gênero racializadas - que estão sempre já inscritas por violência no marco da referida economia da ameaça? E, como isso redescreveria o risco e a dor inevitável de existir em um mundo que existe contra a nossa existência, sem circunscrever cada gesto antecipatório numa economia do desespero? [...] Neste ponto, é inevitável: como uma fúria no peito, uma urgência correndo através de minhas veias, como um espasmo perpétuo no músculo principal, ela virá e durará por agora e para sempre. Porque já está aqui: o instante imparável da ansiedade, o nó indissociável do desespero. Uma vez e outra, vibrando apesar da imobilidade. Como uma convulsão no mundo que é, também, uma convulsão do corpo, do corpo contra o mundo, do corpo contra o corpo ele mesmo, e do corpo contra o texto. É inevitável no sentido em que escrever sobre ansiedade com ansiedade é necessariamente uma forma de escrever além da ansiedade e contra o texto (Mombaça, 2021, p. 56-57).

Como algo que permanece, a relação de escrita-corpo-sentimento não movimenta Mombaça como uma simples salvação da ansiedade, mas como processo de liberá-la, como um trabalho sobre si como intuição “voltada para o limite do mundo” e para o enfrentamento da situação-problema que é, precisamente, a opressão contra dissidentes racializadas e sua inscrição arbitrária e cruel “da dissidência sexual, da dissidência de gênero e da racialidade como ontologias, e não como forças” (Mombaça, 2021, p. 58). É nesse sentido que ela entende seu projeto como movimento de fuga, uma relação de criação de formas continuadas de destruição, de “demanda de queima” e de “desmonte do imperativo de ser”. Sua preocupação converge também, e talvez em um sentido muito próximo do que Donna Haraway coloca em Ficar com o problema (2023), sobre o cuidado com os processos destrutivos que não esteja interessado em pará-los em nome da civilização, do progresso, da moralidade que constitui a base do texto colonial. Sua relação de organização se pauta, portanto, em uma destituição da figura do humano enquanto topo de um pódio, assim como do racial como descritor hierárquico. Um processo de criação de mecanismos e de condições de possibilidades para destruição do fundamentalismo cisgênero e da máquina patológica de captura e reinscrição de dissidentes ao “normal” (Mombaça, 2021, p. 62).

Após delinear o corpo e a ética da escrita em Mombaça, chegamos à dimensão especulativa de sua obra: a ficção visionária como gesto. Gostaríamos de nos deter brevemente sobre a relação desse trabalho de escrita com a ficção e o domínio do possível. Acreditamos que a dimensão ficcional engendre uma leitura pertinente para entender como a escrita de Mombaça trabalha para pensar um processo de reimagem do mundo e de redistribuição das violências que conceba linhas de fuga e formas de resistência frente aos códigos da modernidade.

Porque eu sou diminuída, hoje me faço enorme: a ficção visionária e o domínio do possível

Mombaça coloca:

Não é, portanto, a dimensão ficcional do poder que me interessa confrontar. São mais bem as ficções de poder específicas e os sistemas de valores que operam no feitio deste mundo e seus modos de atualização dominantes. Nessa chave, o monopólio da violência tem como premissa gerenciar não apenas o acesso às técnicas, às máquinas e aos dispositivos com que se performa a violência legítima, mas também as técnicas, as máquinas e aos dispositivos com que se escreve a violência, os limites de sua definição [...] Liberar o poder das ficções do totalizante das ficções de poder é parte de um processo denso de rearticulação perante as violências sistêmicas, que requer um trabalho continuado de reimaginação do mundo e das formas de conhecê-lo, e implica também tornar-se capaz de conceber resistências e linhas de fuga que sigam deformando os modos do poder através do tempo (Mombaça, 2021, p. 67 - 68).

Nesse trecho, ela deixa perceber a forma como se preocupa com a criação de um processo imaginativo outro, engajado na procura de desmonte de um domínio de possibilidade centrado na inscrição de um texto moderno racista, misógino, transfóbico. Afinal, “tudo que está construído precisou, antes, ser imaginado” (Mombaça, 2021, p. 67). Nesse texto em particular, gostaríamos de nos aproximar de dois exercícios especulativos estabelecidos por Mombaça e que funcionam no mote apresentado por Imarisha quando ela fala de “ficção visionária”. São eles: “Veio o tempo em que por todos os lados as luzes desta época foram acendidas” e, “O nascimento de Urana”.

Gostaríamos que percebessem que a montagem do livro é essencial para pensar a relação de experimentação gráfica e teórica que Mombaça pretende. Se retomamos o sumário, que inicia sua topicalização no 1 e que, ao decrescer, adentra uma numeração negativa, notamos que remonta ao soterramento pretendido pela autora, ao caminho por ela apresentado em direção aos estratos da terra, ao tornar-se multiespécie. No -5, “Veio o tempo em que por todos os lados as luzes desta época foram acendidas”, um “exercício de escuta das memórias do futuro”, Mombaça se compromete em excitar os “dispositivos premonitórios” que lhe permitem proliferar narrativas de estudo do terror e de concepções coletivas de atravessá-lo. Esse exercício é pensado em relatos, como lembretes de temporalidades mescladas, como colagens de tempo. Nesse tempo, na “distopia brasiliensis”, as multiplicações do terror policial, dos cis-héteros armados e da brancura totalitária solapam com desesperança o terreno todo da vida comum. Em um entrecortar de bombas, entre as respirações profundas e perdas de fôlego; entre dores e febres e atordoamentos, já haviam percebido todas que sua vida era correr sem nunca ter um lar, era romper os pactos com o mundo e saber que, desde o soar da primeira

bomba, já estavam mortas, já estavam quebradas para sempre (Mombaça, 2021, p. 94). Indo em direção à uma fenda na terra aberta por uma das bombas, é por ali que submergem para habitar, precariamente, os terrenos rejeitados pela superfície.

Não que fosse uma surpresa, mas de novo haviam perdido tudo, havíamos perdido tudo. Uma terceira vez. Cavando túneis em uma infraestrutura ancestral sob a superfície nefasta, sob a imposição de senhorio branco, no escuro, aprenderam a conversar pelo tato, pelo cheiro, pelo som da respiração e pela vibração que atravessa as peles (Mombaça, 2021, p. 95). Trocaram “morrer” por “perder tudo” e intitulam-se zumbis, não apenas por seu caráter de mortas-vivas, mas por reconhecerem em si uma continuidade do guerreiro Zumbi dos Palmares. Nessas idas e vindas, no amaldiçoamento da profecia de João Batista de Lacerda, a quem a miscigenação acabaria com o problema do índigena e do negro e daria ao Homem branco o poder sobre a Terra, as resistências em vibração com a terra tornaram-se essenciais para permanecerem. Mais do que “decifrar” esse exercício, acreditamos que ele serve para colocar todo o projeto de escrita de Mombaça para funcionar. Ela grita a plenos pulmões e nomeia todo um cenário de constituição de uma nação inscrita pela eugenio, pela violência cis-masculina, pelo totalitarismo da branquitude, pela transfobia, pela lesbohomofobia. Os pressupostos de vibração e entrelaçamento com a terra questionam uma posição ético-política de Mombaça de “redistribuição da violência”, como um gesto de confronto e também de autocuidado. Como pontua Viana e Lima:

Dessa maneira, a partir de uma prática crítica e clínica, a literatura de ficção visionária de Jota Mombaça exerce uma redistribuição da violência com vista ao exercício de uma descolonização do mundo. Inspirada no projeto fanoniano de desordem e destruição total dos regimes, estruturas e efeitos políticos da colonização, Mombaça sinaliza o ato de nomear a norma como o primeiro passo rumo a uma redistribuição desobediente de gênero e anticolonial da violência. Ciente que ninguém passa ileso pelo design global de pura violência dos horizontes de pensamentos da modernidade, sua escrita produz afetos de resistência, a partir da percepção das próprias fragilidades e do desenvolvimento de táticas de fuga, para quando a fuga for necessária (Viana; Lima, 2023, p. 12).

O “Nascimento de Urana”, descrita como uma “obra em processo”, é mais uma premissa especulativa para pensar recomposições, alterações e desdobramento desse “devir-terra”. Mombaça diz “estratégias coletivas de resistência” (Mombaça, 2021, p. 117), propondo ficções potencializadoras e outras formas de “existência, corporalidade, coletividade e luta”. Aqui, não havia como ser mais pungente sua relação humano e não-humano. Seu nascimento explosivo nos intestinos do planeta não deram uma forma exata, mas pendular entre fogo e gás. Sua memória fora preenchida com cada fragmento de guerras, catástrofes e mortes, assim como com o desespero e o conjunto

de feridas do mundo (Mombaça, 2021, p. 118). Retomando o tempo do terror de -5, aqui a relação é tecida pelo processo de transição e pela ascensão do CISTEMA:

Minha primeira transição se tornou consciente para mim por volta de 2017. Naquela altura, muitas de nós tínhamos a impressão de que as coisas mudariam para melhor, embora estivéssemos também atentas à persistência dos sistemas de controle e do assassinato político que nos eram endereçados. Era um tempo ambivalente. Ocupávamos espaços contraditórios, numa tensão permanente entre as posições de sujeito e de objeto, entre o acesso e a exclusão, entre a afirmação da vida e a imposição da morte. Para muitas de nós, a única forma de nascer nesse tempo era ainda travando um pacto com a morte [...] A experimentação com hormônios começou somente uns anos mais tarde. Primeiro com um coquetel periódico combinado estrogênio e bloqueador de testosterona, que permitia ao meu corpo uma transformação mais radical no nível molecular, assim como à minha percepção e sensibilidade, no nível emocional, uma mudança afetiva e intelectual. O acesso aos hormônios, contudo, havia se tornado mais rigorosamente regulado pelas instâncias de controle bioquímico. A ascensão do CISTEMA, no terreno da política institucional, abriu caminho para a aprovação de leis nefastas, como a da Destransição Compulsória para pessoas trans sem diagnóstico e a da Renaturalização, que impunha às pessoas diagnosticadas como "transexuais verdadeiras" a implantação de microchips reguladores de comportamento, além de procedimentos violentos como esterilização involuntária e instalação de marcas hormonais por meio das quais as biopolícias poderiam conferir se as taxas de hormônios de um determinado corpo estavam de acordo com as declarações médicas e jurídicas registradas para aquele mesmo corpo (Mombaça, 2021, p.121-122).

O exercício avança na devastação do processo de dominação do CISTEMA, nas secas dos rios, nos controles das costas, nos assassinatos dos ecossistemas. E na descoberta de um dispositivo hormonal mais radical quanto a desmaterialização, que pode ser visto uma transição de espécie e de integração de elementos da Terra (Mombaça, 2021, p.126). É aqui que, entre as explosões do mundo, possibilita-se uma transição à terra e uma luta coextensiva das formas de vida trans-muitiespécie, ou nas Crias do Composto (Haraway, 2023, p.268):

Quando decidi iniciar minha transição rumo à terra, o CISTEMA já havia começado seu processo de ocupação e controle da costa, deslocando suas bases e, logo, também suas cidades para espécies de ilhas flutuantes sem contato direto com o continente [...] Os assassinatos e destransações seguiam, agora também contra as novas formas de vida trans. A perseguição à terra era feita de maneira coextensiva à perseguição aos corpos trans, assim como a luta dos corpos trans, a cada dia, tornava-se também coextensiva à luta da terra (Mombaça, 2021, p.127).

Nesse ponto, a fabulação de Mombaça se entrelaça com o pensamento de Donna Haraway, onde o devir-terra e o fazer-com se configuram como éticas multiespécies de sobrevivência. Com a transição completa, tendo se tornado nada,

finalmente poderia ser qualquer coisa, e tudo. O que Mombaça efetiva aqui é, para relembrarmos sua interlocução com Donna Haraway, uma *simpoiese*. Se, para Haraway, nada é autopoético ou auto-organizado realmente, é através da *simpoiese*, ou da arte de “fazer com”, que se explica a implicação radical de entendimento de que os seres da Terra nunca estão sós (Haraway, 2023, p. 119). Esse processo, constituído por sistemas complexos, dinâmicos, responsivos, situados e históricos descreve um trabalho de mundificação sempre em companhia, o que significa que é necessário uma autopoiese pensada conjuntamente, desdobrada e expandida de maneira generativa (Haraway, 2023, p. 119). Com isso queremos dizer que Mombaça pensa, pela autopoiese de sua escrita-corpo e pelos enlaces de seu devir-terra, um movimento de “ficar com o problema”:

Diante do inexorável excesso de sofrimento historicamente específico das amarrações entre espécies companheiras, não me interessam a reconciliação nem a restauração, mas estou profundamente comprometida com outras possibilidades mais modestas de recuperação parcial e de nos levar bem [...] procuro narrativas reais que sejam também fabulações especulativas e realismos especulativos. Nessas estórias, os jogadores multiespécie [...] refazem os modos de viver e morrer sintonizados com o florescimento finito ainda possível, com a recuperação ainda possível (Haraway, 2023, p.23).

Por esse movimento podemos amarrar Mombaça também à Haraway e entrever, tanto na especulação daquela, quanto na dessa em Estórias de Camille, as Crias do Composto como vidas trans-multiespécie. Vidas de escrita de estórias em meio à destruição e à pauperização descontrolada; vidas que trabalham em composição de projetos coletivos, na própria escrita sobre e sob a terra; vidas operantes na destruição do “[...] compromisso destrutivo e generalizado ainda concebido como natural entre a geração de parentesco e uma genealogia reprodutiva biogenética” (Haraway, 2023, p.275).

Se mantermos essa conversa operante, notamos que Haraway entrevê nas Comunidades do Composto não uma ingenuidade de começar do zero, mas um habitar nas ruínas, com fantasmas e vivos. O que Mombaça coloca nesses dois exercícios especulativos é uma escrita preocupada com a abertura, a fissura e a disputa pelo domínio do possível, ao mesmo tempo que não procura também um futuro assegurado ou uma reposição da história teleológica. Por outro lado, se todo o sistema de violência posto foi, antes, imaginado, é possível que se pense em futuros outros possíveis? É possível reinventar o modo de análise e de imaginação sobre o impossível e ressignificá-lo? Acreditamos que é nessa toada que também se reconfiguram os modos de subjetivação presentes em Mombaça. Se o seu projeto de escrita pode ser analisado pelo viés que aqui coloquei, pensamos que é na chave de aproximação entre a noção dessa ficção visionária e a preocupação em estabelecer, por meio dela e pela disputa do possível, um deslocamento marcante na constituição das subjetividades quebradas.

Uma destruição radical do que fundamenta a modernidade. Nesse sentido, a escrita-corpo de Mombaça é, realmente, mais do que um manual ético, é movimento. É por esse caminho que entendemos que Mombaça sim efetiva uma relação outra de constituição de subjetividade, uma relação que pensa na vida enquanto uma obra de arte e que permite reaver outras práticas de liberdade por meio de outras estéticas de existência, por meio de técnicas que, muito embora aqui tenham circundado o âmbito da escrita, remontam a todo um trabalho ético de destruição do mundo como o conhecemos.

Este artigo buscou compreender a escrita-corpo em Jota Mombaça como uma prática ética e estética de si, uma técnica de subjetivação que transforma a ferida em gesto criador e recusa os enquadramentos cisheterocoloniais. A hipótese sustentada é que a escrita, em Mombaça, opera como trabalho de si e de mundo. É um modo de inscrever o corpo na linguagem e de instaurar, na carne, possibilidades de liberdade.

Ao articular Foucault, Hartman e Mombaça, evidenciamos que a escrita-corpo é também uma política do sensível: ética da desobediência, fabulação de existência e reinvenção do possível. Sua contribuição está em propor a escrita como prática encarnada que não apenas narra, mas faz viver. Mombaça transforma o trauma em criação e o corpo em território de imaginação, fazendo da palavra um espaço de experimentação e do texto um exercício de liberdade.

Referências:

- FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In. FOUCAULT, Michel. Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006a.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. São Paulo: Paz e Terra, 2023.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico: as heterotopias*. São Paulo: n-1 edições, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *Uma estética de existência*. In. Ditos e Escritos V: Ética, Sexualidade, Política. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006b.
- HARAWAY, Donna. Ficar com o problema:fazer parentes no Chthuluceno. São Paulo: n-1 edições, 2023.

HARTMAN, Saidiya. *Perder a mãe*: uma jornada pela rota atlântica da escravidão. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

HARTMAN, S. Vênus em dois atos. *Revista Eco-Pós*, [S. I.], v. 23, n. 3, p. 12–33, 2020. DOI:10.29146/eco-pos.v23i3.27640. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/27640. Acesso em: 29 ago. 2025.

HARTMAN, Saidiya. *Vidas Rebeldes, Belos Experimentos*: Histórias íntimas de meninas negras desordeiras, mulheres encrenqueiras e queers radicais. Editora: Fósforo, 2022.

IMARISHA, Walidah. Reescrevendo o futuro: usando ficção científica para rever a justiça. Tradução de Jota Mombaça. In: 32ª Bienal de São Paulo, 2016.

LEAL, Abigail Campos. *Ex/orbitâncias*: os caminhos para a deserção de gênero. São Paulo: GLAC edições, 2021.

MOMBAÇA, Jota. *Não vão nos matar agora*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MOTEN, Fred. *Na quebra*: a estética da tradição radical preta. Tradução de Matheus Araujo dos Santos. São Paulo: N-1 Edições, 2023.

VIANA, W.; LIMA, A. M. P.. Devir-terra na literatura de ficção visionária de Jota Mombaça. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*, n. 70, p. e7009, 2023.

NOTAS

AUTORIA

Marília Amorim

Titulação: Doutoranda em História- PPGHIS/UFPR
Instituição: Universidade Federal do Paraná

Email:mamorim1997@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0000-4337-2267>

Altair Santa Clara de Oliveira Neto

Titulação: Mestrando em História - PPGHIS/UFPR
Instituição: Universidade Federal do Paraná
Email: altair.neto@ufpr.br
<https://orcid.org/0009-0007-5710-6665>